



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE TECNOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA**

PAULO ROMÁRIO DE LIMA

**CAMPESINATO E AGROECOLOGIA:
Trajetórias de luta e resistência.**

**SUMÉ - PB
2016**

PAULO ROMÁRIO DE LIMA

**CAMPESINATO E AGROECOLOGIA:
Trajetórias de luta e resistência.**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientadora: Professora Dr. Paulo César de Oliveira Diniz.

**SUMÉ - PB
2016**

L732c Lima, Paulo Romário de.
Campesinato e agroecologia: trajetórias de luta e resistência. /
Paulo Romário de Lima. Sumé - PB: [s.n], 2016.

45 f.

Orientadora: Professor Dr. Paulo Cesar Oliveira Diniz.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro
de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de
Tecnologia em Agroecologia.

1. Campesinato. 2. Agroecologia. 3. Lutas no campo. 4. Ligas
camponesas. 5. Modernização da agricultura I. Título.

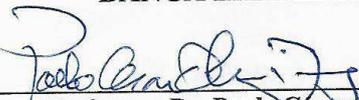
CDU: 316.343.37:631.95(043.1)

PAULO ROMÁRIO DE LIMA

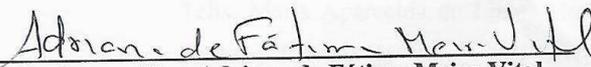
**CAMPESINATO E AGROECOLOGIA:
Trajetórias de luta e resistência.**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

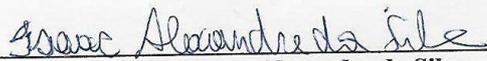
BANCA EXAMINADORA:



Professora Dr. Paulo César Oliveira Diniz.
Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG



Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.
Examinador I – UATEC/CDSA/UFCG



Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva
Examinador II – UAEDUC/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 03 de junho de 2016.

SUMÉ - PB

DEDICO

Ao meu Avô amado, José Evangelista de Lima, pela referência de pessoa, que foi um espelho para mim, do qual sinto um enorme orgulho, carinho, admiração e muitas saudades.

OFEREÇO

Aos meus pais, vó, irmãos e sobrinhos, Damião de Assis Telis, Maria Aparecida de Lima, Maria Telis da Silva, Renatha Rellma de Lima, José Evangelista de Lima Neto, Pedro Arthur de Lima Nóbrega, Maria Izabelly de Lima Santos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro agradeço a minha família que sempre esteve comigo me dando forças, energias, emitindo vibrações positivas e me dando o suporte necessário, para que eu conseguisse lograr êxito na minha caminhada, nos momentos mais difíceis sempre estavam prontos para me tranquilizar, com palavras que não me deixava desanimar, de incentivo como vai dar certo, vamos dar um jeito, nisso refiro-me aos meus pais Damião de Assis Telis e Maria Aparecida de Lima, meus irmãos Renatha Rêllma de Lima e José Evangelista de Lima Neto, meus sobrinhos Pedro Arthur de Lima Nóbrega e Maria Isabelly de Lima Santos, sobretudo, a minha vóinha pelas orações, palavras de carinho e por sempre dizer, que eu iria vencer e sair fora.

A todos os meus tios e tias, primos e primas em especial, a minha tia Maria do Socorro pelo carinho e ajuda, e meu primo Bruno Pereira, pela amizade, parceria e companheirismo.

Ao professor Dr. Paulo César Oliveira Diniz, pela disponibilidade, paciência, orientação e ensinamentos, tornando possível a conclusão desta monografia.

Aos professores que se disponibilizaram a participar da banca examinadora: Prof^ª. Dra^a. Adrina de Fátima Meira Vital e Dr. Isaac Alexandre da Silva.

A todos os meus colegas do curso de Agroecologia, que de forma direta ou indireta colaboraram para a minha formação acadêmica e pessoal, torço pelo sucesso de todos, mais meu agradecimento especial para meus amigos, Daniela Melo, Clarissa Dantas, Erinaldo dos Santos, João Paulo, Bismarck Jeferson, Felipe Lira, Paulo Henrique, Gizele Reis, Tatiane Farias, Francinaldo Ribeiro, Tamara Ribeiro, Simone Evangelista e Roberto Carlos.

Aos amigos adquiridos ao longo dos mais de 4 anos de Universidade, que sempre estiveram comigo me dando forças e apoio, Laura Araújo, Jéssica Dayse, Amélia, Carlos Emanuel, Hellany Cibelly, Fernanda Santos, Thaíze Aurélio, Muribe, Daniele Francis e Kadoshe Moraes.

Aos meus companheiros e companheiras de Pastoral da Juventude Rural e Levante Popular da Juventude, em particular, Felipe Sales e Rute Barros.

Aos meus amigos de infância, em especial, Neto Ramos.

A todos os professores, que contribuíram para minha formação acadêmica, pois sem os ensinamentos deles e delas eu não teria chegado até aqui.

A todos os funcionários da Zêlo, principalmente, João Batista, Novinha, Samuel, Nenem, Tatô, seu Fernando, Anderson, seu Ivanildo, Bigode, Zé de Tiano e Amanda, vocês são fundamentais para o funcionamento dessa Universidade.

A minha companheira Milena Jordana, pelo carinho, paciência, companheirismo, respeito e por ter me ajudado a superar os piores momentos da minha vida, sempre acreditando na minha vitória.

Por fim, mas tão importante quanto, agradeço a Deus e a todos os Deuses, por me dar energia e forças para superar todas as dificuldades.

RESUMO

Esse trabalho objetiva entender o processo de luta e resistência dos camponeses brasileiros, a partir da segunda metade do século XX. Inicialmente, importante dizer que esse trabalho partiu da noção de **Recampesinização**. No entanto, se existe uma recampesinização é porque houve anteriormente um outro processo de **Descampesinização**. A história do Campesinato no Brasil é marcada, violentamente, por esse processo de Descampesinização, para romper, por sua vez, com a emergência do Campesinato brasileiro, enquanto ator político - um processo de **Campesinização** no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960. Metodologicamente, esse é um trabalho de revisão da literatura sobre Campesinatos no Brasil, especificamente dos autores e textos a partir da segunda metade do século passado. Procedimento metodológico esse que segue uma trajetória linear, demarcando determinados momentos de rupturas nessa história do Campesinato do Brasil, representadas aqui pelas noções de Campesinização, Descampesinização e Recampesinização. Esse trabalho apresentou três resultados distintos. Averiguou-se sobre a Campesinização no Brasil, especificamente através das Ligas Camponesas. Como o processo de descampesinização, ocorrido após a instalação do regime militar, em 1964, teve por objetivo apontar como a ideia de modernização da agricultura extinguiu o Camponês do debate nacional. Por fim, está pautado na Recampesinização como fenômeno que ocorre simultaneamente com o curso de redemocratização do País. Sendo assim, no primeiro momento, surge como uma crítica à modernização, introduzindo a noção de agricultura alternativa e, posteriormente, a perspectiva da Agroecologia. Com isso no segundo momento, retrata a forma com que o Campesinato está atrelado a Agroecologia, bem como ele tem resistido e lutado, por uma agricultura inclusiva e diversa, na sua busca incesante por direitos. Para concluir afirmamos que o Campesinato ao contrário dos prognósticos que iria desaparecer enquanto classe social resistiu, e através da Recampesinização tem se consolidado ainda mais como um ator político social de suma importância em grande parte do mundo.

Palavras chaves: Campesinização. Modernização da agricultura. Descampesinização. Recampesinização. Agroecologia.

ABSTRACT

This study aims to understand the struggle and resistance process of Brazilian peasants from the second half of the twentieth century. Initially, it is important to say that this work came from the **Repeasantry** notion. However, if there is a Repeasantry it is because there was previously another process of **Dispeasantry**. The history of the Peasantry in Brazil is violently marked by this Dispeasantry process to break, in turn, with the emergence of the Brazilian Peasantry as a political actor - a **Peasantry** process in Brazil between the 1950s and 1960s. Methodologically, this is a literature review about Peasantries in Brazil, specifically the authors and texts from the second half of the last century. Such methodological procedure which follows a linear trajectory, marking out certain break times in the story of Peasantry in Brazil, represented here by the notions of Peasantry, Dispeasantry and Repeasantry. This study presented three different results. It was ascertained about Peasantry in Brazil, specifically through the Peasant Leagues. As the Dispeasantry process occurred after the installation of the military regime in 1964, it aimed to show how the idea of agriculture modernization extinguished Peasants from national debate. Finally, it is lined up in the Repeasantry as a phenomenon that occurs simultaneously with the course of redemocratization of the country. So, at first, it appears as criticism to modernization, introducing the notion of alternative agriculture and later the Agroecology prospective. With this in a second time, it depicts the way Peasantry is linked to Agroecology, as well as, it has been resisting and struggling for an inclusive and diverse agriculture in its incessant search for rights. In sum, we can affirm that Peasantry unlike predictions, that would disappear as a social class, resisted, and by Repeasantry has been consolidating further as a social political actor of great importance in much of the world.

Keywords: Peasantry, Modernization agriculture, Dispeasantry, Repeasantry, Agroecology.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 | A CAMPEZINAÇÃO DA QUESTÃO AGRARIA NO BRASIL: O EXEMPLO DAS LIGAS CAMPONESAS..... | 15 |
| 3 | O PROCESSO DE DESCAMPESINIZAÇÃO: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA..... | 20 |
| 4 | RECAMPEZINIZAÇÃO: O RESSURGIMENTO DO CAMPESINATO E A EMERGÊNCIA DA AGROECOLOGIA..... | 29 |
| 4.1 | Agroecologia e Movimentos Camponeses..... | 37 |
| 4.2 | Conquistas dos Camponeses nas últimas décadas..... | 39 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 42 |
| | REFERÊNCIAS..... | 44 |

1 INTRODUÇÃO

O interesse para retratar o campesinato brasileiro e o seu percurso histórico de lutas e resistências, surgiu nas disciplinas do curso, sobretudo nas de *Agroecologia* e *História do Social do Campesinato*, onde estudamos as características e mutações sofridas pelos camponeses, como também a sua relação direta com Agroecologia. Assim sendo, procuramos nos aprofundar e estudar mais detalhadamente esse ator social.

Esse trabalho objetiva entender o processo de luta e resistência dos Camponeses brasileiros, a partir da segunda metade do século XX, e, ao mesmo tempo, demonstrar a relação entre os atores sociais do campo brasileiro na atualidade - Camponeses - e Agroecologia como um novo elemento nesse processo de luta e resistência do Campesinato na atualidade.

Inicialmente, importante dizer que esse trabalho partiu da noção de **Recampesinização** proposta por Van Der Ploeg, onde ele entende como uma busca por autonomia e como uma luta social. A Recampesinização é um processo de massa e difuso que é impulsionado e estimulado pelas perspectivas dos sujeitos envolvidos. Isso faz com que ela se torne uma luta social. A Recampesinização pressupõe enfrentar problemas, contestar, interesses adversos, oponentes contrários e uma concorrência impetuosa. Ela também subentende o esforço para superar esses problemas, a lutar contra os adversários para poder dar continuidade a vida no campo mantendo as características campesinas (PLOEG, 2008).

Uma Campesinização - processo de ocupação de terras por Camponeses -, uma des-Campesinização - processo de expulsão de Camponeses de suas terras - e uma Recampesinização, processo de retomada da pequena produção, mediante a implementação de políticas públicas que permitam o desenvolvimento da agricultura familiar (WANDERLEY, 1998).

Mediante a isso, percebe-se que a Recampesinização é um processo de luta e de resistência; luta pela soberania camponesa diante do mercado financeiro, estado e pela terra e também pelo direito de produzir conforme a sua cultura; resistência para enfrentar todo o domínio imperial da produção de alimentos.

Mesmo com todas as adversidades, o Camponês seguiu reagindo e cultivando as suas sementes crioulas, preservando suas raças de animais melhoradas naturalmente, mantendo suas crenças, ritos e costumes. Dessa forma, o Camponês do século 21 está mais antenado e

conectado as tecnologias, reemergindo como um novo sujeito, contudo preservando a sua essência na maneira de produzir.

Sendo assim, partimos da ideia de Recampesinização para produzir esse trabalho. No entanto, se existe uma Recampesinização é porque houve anteriormente um outro processo de **Descampesinização**. Este se deu após a Revolução Verde com a implantação do pacote tecnológico; no Brasil especialmente com a modernização agrícola depois do golpe militar, a partir de 1964.

A Descampesinização aconteceu na medida em que se negou o papel do Camponês enquanto sujeito histórico e político. As políticas e ações governamentais mudaram a nomenclatura em torno da questão agrária brasileira - Camponês e latifundiário - passando a definir os atores sociais do campo de modo homogêneo como produtores rurais, diferenciando-os apenas em função da escala de produção: grande proprietário; médio proprietário; e pequeno proprietário. Além do mais, ao Camponês foi atrelado o estigma de atrasado, do “Jeca Tatu”. Ou seja, ser Camponês era sinônimo de ser sujo, mal vestido e falar errado.

Esses relatos do Jeca Tatu originam um estigma, na forma de ser agricultor/agricultora, especialmente para aqueles que rejeitam aderir à grande monocultura e as suas concessões, eles aparecem carregados de “dor” – sofrimento – e manifestam vontade de deixar o campo e ir para cidade, pois o rural é a representação de um espaço e um trabalho “sujo”, que geram marcas e expressões sociais que estão associadas às práticas de desleixo com o corpo e o espaço (HENN, 2010).

A história do Campesinato no Brasil é marcada, violentamente, por esse processo de Descampesinização; violência simbólica e física, conforme se observará adiante. Violência, enfim, usada pelas latifundiários, legitimados pelos governos militares, para romper com a emergência do campesinato brasileiro, enquanto ator político - um processo de **Campesinização** no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960. Foi uma luta dos Camponeses por direito a ter direito - os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e todos os direitos garantidos aos brasileiros urbanos, negados aos Camponeses. Um grande exemplo dessa luta por direitos pode ser encontrada na história das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro.

Campesinato é um aglomerado de famílias camponesas presentes em um determinado território (CARVALHO; COSTA, 2012). Já para Wanderley (2004), o Campesinato é de uma maneira mais restrita, como um modo social peculiar de organização da produção. Refere-se nesse caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção

gerenciada pela família. Essa condição familiar se evidencia nas práticas sociais que implicam uma combinação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que estão norteados a uma lógica de funcionamento específica.

Por tudo isso, entendemos que o Campesinato refere-se as famílias presentes numa comunidade cuja agricultura é baseada numa gestão familiar; decidindo sobre suas práticas sociais de produzir, consumir e comercializar de uma maneira bem típica. Primeiro garante a segurança alimentar da família através do armazenamento para o consumo, assim como para ter os insumos do próximo plantio. Além disso, a agricultura para esse grupo representa uma forma de produzir e sobreviver intimamente relacionada e de respeito à terra, esta não é vista unicamente como meio de produção, mas também o local de reprodução social: dos seus filhos e filhas que precisaram constituir novas famílias; dos netos e netas, que novas famílias constituir-se-ão no futuro, enfim.

Metodologicamente, esse é um trabalho de revisão da literatura sobre Campesinatos no Brasil, especificamente os autores e textos a partir da segunda metade do século passado. Ao mesmo tempo, faz um tentativa de relacionar os temas Campesinato e Agroecologia como sendo um esforço recente dos atores sociais do campo no Brasil, no alvorecer do século XXI. Procedimento metodológico esse que segue uma trajetória linear, demarcando determinados momentos de rupturas nessa história do Campesinato do Brasil, representadas aqui pelas noções de Campesinização, Descampesinização e Recampesinização.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além dessa introdução e de uma conclusão. O primeiro fala sobre a Campesinização no Brasil, especificamente através das Ligas Camponesas, tendo como base os escritos e personagens como Francisco Julião, Clodomir de Moraes e Elizabeth Texeira, por exemplo. Mas também faz uso de outros atores, buscando demonstrar como as Ligas Camponesas estavam organizadas e, sobretudo, como conseguiram incomodar a elite agrária brasileira de tal modo que apoiaram o golpe militar para aniquilar a ameaça camponesa-comunista que se fazia presente através das Ligas.

O segundo capítulo se detém no processo de Descampesinização, ocorrido após a instalação do regime militar, em 1964. O objetivo é apontar como a ideia de modernização da agricultura extinguiu o Camponês do debate nacional, seja através de perseguições, prisões e assassinatos, ou seja do ponto de vista ideológico e simbólico. A discussão conflitante entre latifúndio e Camponês foi sombreada por uma ideia harmoniosa entre pequeno, médio e grande produtor, extinguindo o Campesinato do debate. Também serão abordados alguns dos impactos ambientais provocados pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, centro da modernização agrícola no Brasil.

O terceiro capítulo, por fim, está pautado na Recampesinização como fenômeno que ocorre simultaneamente com o processo de redemocratização do País. Em um primeiro momento, como uma crítica à modernização, surge então a noção de agricultura alternativa e, posteriormente, a perspectiva da Agroecologia, tendo como condutores desse processo algumas ONGs, muitos movimento de Camponeses, professores e pesquisadores, ambientalistas etc. Num segundo momento, retrata de que forma o Campesinato está atrelado a Agroecologia como forma de resistência e de luta do Camponês. Foi justamente através dela e da luta que os Camponeses conseguiram se recolocar no debate por direitos humanos e garantias sociais, na virada do século XX para o século XXI.

2 A CAMPESINIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O EXEMPLO DAS LIGAS CAMPONESAS

Passados 10 anos da ditadura de Vargas, foi se configurando uma grande articulação de massas Camponesas na maioria dos Estados brasileiros. Nesse esforço chamava a atenção naquele período, o Partido Comunista como única organização que se dedicava às populações rurais (MORAIS, 1969).

Para Julião (1962), um dos principais expoentes das Ligas Camponesas, “no Brasil há muitos anos tiveram início às grandes organizações camponesas. A maior parte das tentativas foi orientada no sentido de construir sindicatos rurais. Houve bom impulso, no início, mas não chegaram a vingar”.

Organizar sindicalmente os trabalhadores rurais, apesar de não ser proibido, tornou-se, contudo quase impossível, dado o tortuoso comportamento na tramitação das solicitações de personalidade jurídica. Até 1963, no Brasil, existia uma relativa liberdade sindical estabelecida no Direito Positivo (Consolidação das Leis do Trabalho) para os trabalhadores urbanos e, de fato, um rígido restringimento ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários (MORAIS, 1969).

Ou seja, os ativistas do Partido Comunista realizaram, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas comunistas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. A extinção do Partido Comunista em 1947 significou o seu fechamento (MORAIS, 1969).

As discussões sobre Ligas ficaram adormecidas no Brasil até o ano de 1955, quando no Engenho da Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) e posteriormente o nome Ligas Camponesas como uma forma de organização das massas populares do campo, com o intuito de lutar por melhores condições de trabalho e, em última instância, melhores condições de vida.

Como bem falou Francisco Julião em depoimento, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco tinha por objetivo fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir “caixõesinhos” de madeira destinados às crianças que, naquela região, morriam em proporção assustadora. O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental e de assistência técnica (JULIÃO, 1962).

Portanto, como podemos ver no depoimento de Julião, a SAPPP, não vislumbrava no seu nascedouro todo o sucesso e alcance obtido em todo o território nacional. Era naquele momento, uma luta por direitos simples, mas necessários, para a qualidade de vida dos Camponeses e das suas famílias naquela região, assim como uma forma de melhoramento e evolução nos métodos de produção.

Outra parte importante, é a que aponta para o fato de que a mídia servia aos interesses dos latifundiários e tinha por intenção a criminalização da SAPPP, associando-a as antigas ligas criadas pelo PCB. Contudo, isso só facilitou o processo de difusão da mesma pelos Camponeses, pois enfatizou com mais veemência o vínculo com o campo.

A imprensa conservadora passou a apelidar a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco de Liga Camponesa, com o intuito de queimá-la, vinculando-a aquelas extintas organizações (do Partido Comunista Brasileiro) fundadas em 1945. O apelido, no entanto pegou como visgo (JULIÃO, 1962, p. 279)

Foi no auge da crise do modelo de industrialização brasileiro que eclodiu o movimento de massa Camponês. Do ponto de vista institucional, a crise resultou na renúncia do então presidente Jânio Quadros e na investidura do governo João Goulart, que passou a defender as chamadas reformas de base, como solução para a crise. Nessa conjuntura, intensificou-se o debate político e acadêmico sobre a importância de realizar a reforma agrária como uma maneira de desenvolver as forças produtivas, intensificar o mercado interno, estimular a indústria nacional, distribuir renda e, sobretudo, resolver o problema da pobreza no interior do País (STÉDILLE, 2012).

Foi nesse momento que as Ligas Camponesas se desenvolveram e ganharam força, sobretudo, política, para exigir uma reforma agrária, usando como palavra de ordem: “Reforma agrária na lei ou na marra”. O principal objetivo era uma lei de reforma agrária que não existia no âmbito jurídico brasileiro, e se por acaso tivesse resistência dos latifundiários e todo o seu sistema elitista, eles estavam prontos para lutar e resistir, como assim o fizeram.

A reforma agrária, concebida naquele momento, era o direito à terra para o Camponês desfrutar e produzir; uma escola para ele e a família estudar; o acesso a água para beber; as sementes para produzir; o técnico extensionista levando as melhores técnicas para cultivar a terra. Significava ainda o término da seca no Nordeste, um salário justo em detrimento da exploração dos Camponeses; finalmente, a liberdade do Camponês (JULIÃO, 1962).

As Ligas Camponesas também foram um meio de questionamento do modelo agrário vigente no Brasil, naquele momento de capitalismo no campo, provocando exclusão social num país com sérios problemas de analfabetismo, fome e pobreza, que se configurava basicamente através da indústria e dos setores agrários. As Ligas Camponesas no fim dos anos 50 e começo dos anos 60, junto de outros movimentos sociais agrários, indagaram essa aliança e, ao fazer, obtiveram espaços para as demandas dos trabalhadores rurais (BASTOS, 1984).

Usamos trechos do depoimento de Francisco Julião para compreender os fatores que facilitaram o sucesso das Ligas. Partimos do princípio de que para organizar legalmente e pacificamente determinada classe são imprescindíveis três fatores: o jurídico, o financeiro e o econômico.

Conforme exposto, iremos detalhar cada um dos três fatores citados por Julião (1962). A classe a ser organizada precisa dispor, na sociedade em que se situa, de uma lei que proteja alguns dos seus direitos; possuir um mínimo de condições financeiras, que lhe permita conduzir, legalmente, a defesa dos seus direitos; finalmente, ter um mínimo de condições econômicas que lhe permita oferecer resistência ao adversário.

Logo ao fazer a análise do depoimento de Julião consideramos o primeiro fator como preponderante o fato do direito Camponês ser baseado no código civil, pois a CLT naquela época tinha pouco alcance para os proletários do campo. Além disso, as condições financeiras também exerceram uma grande influência, tendo em vista que o Camponês sempre tinha algum bem para vender como: foices, machados, enxadas, etc. Além disso, eles vendiam a sua produção, ou seja, frutas, verduras, mandioca, milho, feijão e etc.

Com isso, conseguiam se locomover até a comarca e esperar pelo resultado do processo judicial e, por fim, o econômico o Camponês tinha uma presença no mercado, pois eles sempre levavam produtos para a feira, conseguia acordo com o dono da venda e assim exercia uma relação que permitia resistir até desfecho do imbróglio jurídico.

A partir de 1959 as Ligas Camponesas se expandiram para outros estados, como a Paraíba, estado do Rio de Janeiro e Paraná, expandindo o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé, sobre a liderança de João Pedro Texeira. Nos seus momentos finais, ela comportava mais de seis mil sócios. Como estratégia, as ligas usavam a criação de comitês para discutir a conjuntura e adquirir mais sócios (CAMARGO, 2016).

O nome aprovado da entidade foi Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. Uma entidade civil, sem fins lucrativos, registrada em cartório. O seu objetivo seria o de prestar assistência aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas de Sapé e redondezas (ROCHA, 2009 p. 55).

A Associação quando fundada, contava com 1.500 associados, entre as suas principais lideranças estavam João Pedro, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, no seu auge ela contava com mais de seis mil integrantes.

Destaca-se também o nascimento de outras Ligas, além de Sapé, surgiu em diversos municípios paraibanos: Alhandra, Engenho Miriri, Guarabira, Araçagi, Alagoinha, Bananeiras, Cuitegi, Santa Rita, Alagoa Grande, Mari, Guarabira, Mulungu, Campina Grande, Belém, Mamanguape, Pedras de Fogo, Oitizeiro, Itapororoca, Várzea Nota e Itabaiana (BENEVIDES, 1985).

Em resumo, a história das Ligas expressa alguns fatores básicos da história social e política brasileira. Primeiro, as Ligas recolocam a questão agrária em forma totalmente nova, o Camponato e o proletário rompem a conexão agrária do poder existente desde 1930. Segundo, a história das Ligas introduz de forma surpreendente, a questão da revolução de base operária – Camponesa. Aliás, o golpe de estado de 31 de março de 1964 é também uma reação da conjuntura pré – revolucionária que se esboçava nessas lutas (BASTOS, 1984).

Muitos foram os acontecimentos ocorridos na luta de classes dos latifundiários com os Camponeses e proletários rurais para desarticular a Liga, porque para continuar com o seu poder hegemônico a elite rural fez uso de várias táticas para acabar com a Liga que variaram entre brandas e outras totalmente perversas e violentas.

Dentro dessa perspectiva, destacam-se pressões internas como: advertências, ameaças, agressões ao morador que fosse encontrado com a carteira de associado da Liga; prisão de lideranças, intimação para que elas fossem ao quartel de polícia prestar depoimentos; morador que evitasse a dar o cambão como forma de protesto teria seu roçado de subsistência destruído (por meio da invasão do local pelo gado) antes que a colheita fosse completamente efetuada; invasão de domicílios; destruição de moradias; e formação e utilização do serviço de “polícia particular” (a capangagem) e assassinato de líderes (AUED, 1986).

Essas foram às maneiras encontradas pelos latifundiários, ou seja, uso indiscriminado da força e da violência física para intimidar e desarticular as Ligas, a mais emblemática foi o assassinato de João Pedro Texeira, conforme dito antes.

Dessa forma, o golpe militar de 1964 foi o trauma final nas Ligas Camponesas de uma série de violências cometidas contra os Camponeses ao longo da existência desse movimento

de massa que ousou com muita coragem, determinação e organização teimar e bater de frente contra o sistema agrário brasileiro entre os anos de 1955 e 1964. Vale salientar que o golpe militar também foi uma reação às Ligas e a sua proposta de uma sociedade mais justa, tendo como principal bandeira a Reforma Agrária. Por isso os militares trataram de prender todos os líderes políticos da Liga como forma de desarticulação e de impor a sua força, nesse caso, mais uma vez o Estado agindo em favor da aristocracia rural em detrimento aos Camponeses.

O golpe de Estado acaba por desmobilizar a organização da Liga, prendendo os seus principais líderes: Gregório Bezerra, Francisco Julião, Padre Alípio, Clodomir Moraes e Júlio Santana (BASTOS, 1984).

Salienta-se que a partir do golpe os Camponeses sofreram muito mais do que uma violência física, tiveram que conviver com a violência simbólica e ideológica, pois se tornaram invisíveis para a sociedade brasileira. Esta invisibilidade se dá pelo fato do estado negar a existência dos Camponeses no âmbito rural, a partir daquele momento existe apenas pequeno, médio e grande produtor, dessa forma o Campesinato desarticulado, com líderes, presos, exilados e mortos passou por um processo de dormência.

Apesar dessa invisibilidade forçada destaca-se que esse foi um momento importante na história do Campesinato brasileiro, tendo em vista que pela primeira vez na história política e social do Nordeste, os camponeses e assalariados rurais afloraram, na última metade da década de 50 como agentes políticos soberanos e de perfil definido, num momento em que começava a se organizar, em Pernambuco, uma aliança político-eleitoral, sob a direção da frente de Recife (que congregava comunistas e socialistas) e que terminaria por passar, em duas eleições consecutivas (as de 1958 e 1962), o grupo agrário do governo estadual (AZEVEDO, 1980, p. 33 apud BASTOS, 1984, p. 90).

Portanto as Ligas Camponesas significaram a emergência do Campesinato na sociedade brasileira que, pela primeira vez, teve o Camponês inserido na sua luta de classe como um ator político de mais profundo valor e importância. Sobretudo por ter organizado a massa camponesa fazendo com que a luta fosse disputada em conjunto por todos os Camponeses independentemente da sua região, dessa forma aconteceu o processo de Campesinização, ou seja, os Camponeses foram protagonistas.

3 O PROCESSO DE DESCAMPESINIZAÇÃO: A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Instalado o golpe militar de 1964, é desenvolvido uma nova ótica sobre a agricultura brasileira. Se até então o debate que se fazia era a favor das reformas de bases, sobretudo a reforma agrária como carro chefe dessas, com uma ascensão e poderio das massas Camponesas no que chamamos de emergência do Camponês como ator político e social de grande importância. O que visto de 1964 em diante foi justamente o oposto, com repressão, violência física, simbólica e ideológica tendo como bandeira a modernização da agricultura criando as empresas rurais e assim deslegitimando o papel dos Camponeses.

Durante o período militar, que durou até 1985, a reforma agrária de fato não ocorreu, além do que os líderes dos movimentos dos trabalhadores rurais foram perseguidos, presos e muitos mortos pelos militares (DEMICHEI, 2015).

Entre os líderes rurais mais perseguidos destacam-se, Francisco Julião preso e depois exilado; Zezé da Galiléia também foi preso; Elizabeth Teixeira que teve a sua casa incendiada pelo regime militar, além de ter sido presa e obrigada a trocar de nome vivendo na clandestinidade; como também Nego Fuba e Pedro Fazendeiro que foram presos e depois desapareceram.

O processo de modernização da agricultura verificado no País no transcorrer dos anos de 1960 e 1970, teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma verdadeira reforma agrária, já que sua argumentação consistiu na afirmação do desenvolvimento do capitalismo no campo com a conservação da estrutura fundiária (MENDONÇA, 2010).

Foi construído sobre o Camponês uma visão profundamente pejorativa, muito representada pelo personagem Jeca Tatu, de LOBATO (1978), ou seja, o estigma de atrasado, feio e surjo. Além disso, ele era a representação do atraso, inconcebível, dessa maneira, qualquer reconhecimento como um ator do desenvolvimento social (WANDERLEY, 2010).

Dessa forma, ocorreu um intenso processo de Descampesinização, umavez que a modernização não se preocupou em atender as demandas do Campesinato, muito pelo contrário ela buscou não só negar a existência desse ator, mais também de rotular e estigmatizá-lo como atrasado e feio, pois assim se legitimava o conceito de empresas rurais, ou seja, quem não se modernizou foi porque era um Jeca e que não tinha importância para a política agrária.

O Estado foi o principal financiador desse processo de modernização, pois investiu em pesquisa, disponibilizou crédito e, sobretudo deu respaldo ideológico para que isso acontecesse. Isso só foi possível no contexto de uma conjuntura política em que o Estado foi o condutor, por meio de investimentos em pesquisas científicas, com a criação de órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), programas e créditos agrícolas (MATOS ; PESSÔA, 2011).

O estado bancava a modernização agindo em três frentes. A primeira era o crédito através do Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), segundo a pesquisa com a criação da Embrapa; e terceiro a extensão com as Ematers levando (a ideia de extensão) o pacote tecnológico.

O que vai realmente ser um grande incentivo na mudança da base técnica da produção agrícola, é o apoio governamental através do chamado crédito rural, viabilizado, sobretudo a partir de meados da década de 1960 (TEXEIRA, 2005). Com isso observa-se que o governo militar acreditava e, portanto financiou depositando dinheiro, esforço físico e ideológico para que a modernização acontecesse.

O governo dos militares por meio de suas políticas de estado executaram diversas mudanças no campo brasileiro. Contudo, o que se viu foi que essas mudanças ocorreram favorecendo a elite agrária, sem em nenhum momento fomentar uma transformação que visasse modificar a propriedade da terra e, que beneficiasse os trabalhadores, as políticas por eles produzidas inclinavam a intensificação cada vez mais problemática do social no campo (VERONEZZI, 2013). Para os agricultores que não se adaptava ao novo modelo de produção restava vender suas terras e migrar para cidade, ou então virar assalariado rural.

No discurso oficial as políticas públicas agrícolas eram para modernizar os recursos de produção no campo e, dessa forma, alavancar o padrão de vida das populações que viviam no mundo rural, conseqüentemente elas teriam maiores possibilidades de consumo, entretanto, essas direções tomaram outros rumos, a modernização do latifúndio e a expulsão de milhares de Camponeses do campo para a cidade (MATOS; PESSÔA, 2011).

Fernandes (1998), ao abordar a conjuntura agrária no governo dos militares, evidencia que esse período foi marcado pelo crescimento da apropriação de enormes áreas de terra por grandes empresas, o que promoveu o aumento das grandes propriedades e a ampliação dos latifúndios já existentes. Portanto, o que era para ser a modernização e assim a ponte para o desenvolvimento do meio rural, na verdade foi uma estratégia para mais acumulação de terras e de riquezas para os latifundiários.

A modernização nada mais foi do que privilegiar a grande agricultura, a casta dos latifundiários, as empresas multinacionais e a permissão para que a história agrária do país seguisse com seu atributo excludente e explorador, baseado nos padrões economicistas se apresentando como um condutor de prejuízos aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais (VERONEZZI, 2013).

Por conseguinte, se fez necessário consolidar-se, igualmente uma nova categorização social, o empresário rural. Mais que ultrapassar o latifúndio, a empresa rural concebia necessariamente a transformação do fazendeiro em empresário, dotado de qualidades tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às demandas da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação (MENDONÇA, 2010). Com esse novo conceito, eliminava-se a definição de Camponês, sendo assim a modernização significou uma violência ideológica na agricultura brasileira.

Adotou-se uma nova terminologia para expressar os homens do campo, que passaram a serem chamados de grande, médio e pequeno proprietário. Todos poderiam ser empresários rurais, dependendo da capacidade de empreender, tudo iria acontecer de forma linear, bastava para isso aceitar a modernização, ou seja, o pacote tecnológico, crédito, extensão e insumos.

A verdade é que a modernização da agricultura seguiu os modelos capitalistas e, desse modo, beneficiou apenas determinados produtos e produtores, com isso fortaleceu a monocultura. Com a modernização ocorreu industrialização da agricultura, tornando-a uma atividade com caráter empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos (TEIXEIRA, 2005). Ou seja, uma agricultura totalmente ao mercado financeiro atendendo aos padrões da globalização.

Esse novo formato de produção no campo se configura por ser de caráter seletivo, porque a permanência do agricultor se dá por meio da modernização. No momento que este adere ao novo modelo de produção capitalista, o Camponês se vê forçado a adquirir insumos em um mercado oligopolizado e que na sua maior parte é de capital externo e, quando comercializa, da mesma forma encontra um mercado reduzido que vai determinar o preço do produto (DEMICHEI, 2015). Com isso ele perde o que era de mais precioso, a autonomia de mercado.

O conteúdo ideológico da modernidade na agricultura era baseado em quatro grandes elementos: a noção de crescimento, ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; a noção de abertura técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da obediência; a noção de movimento de especialização da produção, e o surgimento de um novo tipo de

agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional de produzir e ocupar o território rural (ALMEIDA, 1997).

Com o processo de construção dos complexos agroindustriais, a agricultura passa a crescer não apenas para o mercado externo, mas também para atender às necessidades do mercado interno, sobretudo os complexos agroindustriais. Portanto, a constituição dos CAIs representou o impulso do processo de industrialização rural, por conseguinte, da reestruturação produtiva da riqueza no Brasil (MATOS; PESSOA, 2010).

Essas mudanças se dão numa conjuntura em que o meio rural se industrializa, as culturas exploradas se mecanizam e o trabalho manual é paulatinamente substituído por máquinas; a propriedade de terra segue a se concentrar e a se valorizar ainda mais, extinguindo o pequeno agricultor, convertendo a um proletário rural assalariado, associado ao abuso e ao aumento da produtividade (VERONEZZI, 2013).

Com isso o Camponês deixa de ser ator social de destaque e passa a ser a um mero coadjuvante dos processos de produção, ou seja, deixa de produzir na sua propriedade, perdendo a segurança alimentar e passa a ser um assalariado, assim, comprando os alimentos nos complexos agroindustriais, que nesse caso se configura as indústrias alimentícias.

Esse processo de industrialização aconteceu com os estímulos do estado para a implantação dos complexos agroindustriais, era necessário que as empresas rurais virassem indústria, para assim ocorrer à modernização, conseqüentemente o crescimento exponencial da produção de alimentos, e assim sendo, o desenvolvimento do campo brasileiro.

Como resultado do duplo processo de transformação, a agricultura que antes se caracterizava como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada, gerando uma dependência dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (SILVA, 1997). Exemplificando melhor temos os casos da Bunge e da Cargil que vende sementes, agrotóxicos, fertilizantes, como também alimentos.

Portanto foi essa integração da agricultura com a economia que gerou e consolidou os complexos agroindustriais que, dessa maneira, passaram a ser responsáveis pelas atividades agropecuárias desenvolvidas, estando presente em toda a cadeia produtiva.

Existia o entendimento que a modernização era linear e, portanto todos iriam alcançar, contudo como o crédito, pesquisa e extensão foram restritos apenas os latifundiários, ou seja, atingiram o objetivo principal da modernização que era contemplar a elite agrária em detrimento do Campesinato.

O novo padrão de desenvolvimento econômico demonstrou uma profunda exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, ocasionando conseqüentemente, uma desordem no espaço rural, decorrente da disputa exercida pelo capitalismo. Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola revelou que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra tornou-se subalterna ao capital (BALSAN, 2006).

Com certeza o que aconteceu foi à exclusão social dos Camponeses que se opuseram a seguir os ritos implantados pelo estado. Vale salientar que num governo ditatorial, tudo é decidido de cima para baixo sem o mínimo de diálogo, portanto restava a eles dois caminhos, o primeiro era se modernizar recebendo incentivos do estado e com isso abandonando todo um processo cultural de produção ou então aconteceria o mais óbvio, o êxodo rural.

O processo de modernização acarretou na expulsão de grande parte dos trabalhadores não-proprietários de suas terras, e dificultando as condições mínimas para a reprodução de um Campesinato na busca de um espaço sólido. Esse processo não revolucionou, como aconteceu em momentos históricos, a estrutura fundiária e, conseqüentemente, nem a hegemonia política que ela produz, assim ela permanece como um elemento estruturante do mundo rural (WANDERLEY, 2009).

Esse modelo novo de desenvolvimento proposto pelos os que defendiam a modernização, pode ser definido como um modelo exógeno, ou seja, partia do desenvolvimento de cima para baixo, sendo assim, partindo do planejamento e interferência conduzidos pelo estado (DEMICHEI, 2015).

Mediante a isso, percebe-se como foi violento esse processo de modernização proposto pelo estado, porque contribuiu para o processo da Descampesinação. O que era uma estratégia para não fazer a reforma agrária e conseqüentemente não ofertar políticas públicas para o Camponês.

Portanto o que ocorreu nesse período, foi uma intensa escolha da agricultura industrial em detrimento da agricultura familiar camponesa como destaca Fernandes (1998, p. 2),

Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Essas transformações geraram, de um lado, a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje.

Esse processo de modernização ocorrido na década de 1960, estava incluída na Revolução Verde, em âmbito mundial, levando a graves problemas impactos ambientais, causados sobretudo, pelo uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos sintéticos, perda da biodiversidade por causa dos monocultivos e mecanização da agricultura, como também desmatamentos para implantação de novas áreas agricultáveis exaurindo provocando erosão dos solos, , contaminação dos lençóis freáticos e intensa emissão de gás carbônico para a atmosfera.

Uma grave consequência foi o impacto ecológico que se instalou em todos os grandes ecossistemas do País. A predisposição a reduzir à homogeneização das práticas produtivas, impulsionadas pela Revolução Verde, por meio da utilização da mecanização, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, equipamentos pesados de irrigação, da separação entre agricultura e pecuária, e do aumento das monoculturas, refletiu-se em grosseiros índices de erosão e degradação dos solos agrícolas, comprometendo a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos, na contaminação dos alimentos, na deterioração das florestas, matas nativas, na decadência da diversidade genética de plantas e de animais (ABRAMOVAY; EHLERS; VEIGA, 2012).

Cerca de dois bilhões de hectares de solos com capacidade agricultável no mundo, já foram deteriorados desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que coincide com início da Revolução Verde e/ou modernização da agricultura. Esse número diz respeito a 22,5% do total de 8,7 bilhões de hectares acessível para cultivos, pastagens e florestas. A dimensão de terras que se tornaram inútil para cultivos é a mais alta das três categorias, 37%. O desgaste químico dos solos devido às práticas agrícolas é responsável por 40% da degradação total das terras cultivadas (WEID, 2009).

A extensão rural pensada e aplicada durante o processo de modernização, foi responsável por problemas sociais e ambientais causados no campo. A extensão rural que fazia parte do triplé junto com o crédito e a pesquisa, se dava dessa maneira, a implantação do pacote tecnológico sem levar em consideração as potencialidades e adversidades locais. Ela se remete à crise do modelo de desenvolvimento colocado ao universo rural, cuja performance prática se mostrou bastante frágil perante a realidade, restrito e limitador de renda e da terra, além do mais, foi responsável por uma ampla degradação ambiental (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Já não se tem mais dúvidas sobre os impactos ambientais negativos provocados pelo modelo da Revolução Verde, sobre problemas fundamentais do mundo atual como o aquecimento global, a contaminação da camada de ozônio, a existência de contaminantes

químicos em nosso ciclo alimentar, para ficar numa discussão de macroproblemas. Todavia, também não existem dúvidas sobre a atuação deste modelo vigente e das atividades agrícolas dele resultantes no crescimento da erosão dos solos, no assoreamento de nossos rios e barragens, na contaminação das águas superficiais e dos lençóis freáticos (AZEVEDO; CAPORAL,2011).

A dependência dos fertilizantes químicos sintéticos nas propriedades que aderiram à Revolução Verde foi muito grande. Os agricultores abandonaram os adubos naturais produzidos dentro da propriedade como, por exemplo, os esterco e passaram a adotar essa nova modalidade de adubos.

Também relacionado com o modelo da Revolução Verde, temos a problemática dos fertilizantes químicos. As bases da Revolução Verde foram construídas a partir das VAR – Variedades de Alta Resposta (que na ciência convencional são chamadas de Variedades de Altos Rendimentos). Sem mais delongas, o fato é que nossa agricultura passou a ser subordinada a um setor bastante reduzido de grandes empresas que dominam o mercado dos fertilizantes químicos (AZEVEDO; CAPORAL, 2011, p. 131).

As verdadeiras intenções das grandes empresas no processo de modernização da agricultura, são a otimização do lucro por intermédio da monopolização de fatias cada vez extensas do mercado, e a aquisição de royalty via pacotes tecnológicos, criando um âmbito de dependência para o agricultor que só adquiria os insumos produzidos pelas transnacionais (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Sendo assim, a agricultura perdeu o seu poder de autonomia, todos viraram dependentes do mercado financeiro. Esse foi o fator que mais contribuiu para a apropriação de grandes empresas na produção de comodites. Aliás, o campo se tornou um lugar vazio sem alma e passou a ser uma grande indústria de alimentos.

Os impactos da Revolução verde ou modernização da agricultura é vislumbrado sobre o cunho de três críticas: a primeira sobre o ponto de vista ambiental, a segunda social e a terceira econômica segundo Moreira (2000 p. 45)

Sobre o ponto de vista ambiental esse questionamento leva em conta à poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento de nossos rios. No tocante ao social é uma crítica da própria natureza do capitalismo na formação social brasileira e da tradição das políticas públicas e governamentais que nortearam nossas elites dominantes, seja

na área econômica, seja no próprio campo político de definição de prioridades. Nos anos 70 e 80, é também uma crítica ao modelo concentrador e excludente da modernização tecnológica da agricultura brasileira, socialmente injusto. O terceiro é de natureza econômica: a elevação de custos associada às crises do petróleo dos anos 70 se desdobra na agricultura brasileira como um processo de elevação de custos do pacote tecnológico da Revolução Verde. A crise financeira obrigou a uma redução significativa dos subsídios de crédito.

Por isso, a modernização foi nociva para o desenvolvimento do Brasil nas décadas de 1960, 1970 e início dos anos 1980. Tudo estava em consonância e construído por um governo ditatorial, logo é de caráter antidemocrático. Sendo assim, não se respeita os direitos legais dos opositores desse sistema, ou seja, todos aqueles Camponeses que propuseram se contrapor a esse regime foram duramente perseguidos e passaram por violências físicas e simbólicas. Portanto, esses debates e discussões nada se foi considerado em relação aos impactos ambientais, sociais e econômicos.

Dessa forma, nos anos 1980 as cidades estavam sufocadas, por mais de duas décadas em que o estado privilegiou os grandes latifúndios em prejuízo dos Camponeses, acarretando em grandes marchas rumo às cidades, sobretudo as grandes cidades. Essas migrações se concentraram com mais importância no Centro Sul, provocando e construindo as grandes favelas que é um resultado da desigualdade social do campo que sempre foi uma marca do estado brasileiro, mais que se intensificou durante o regime militar através da modernização agrícola.

O plano de modernização do campo foi baseado em incentivos na agricultura comercial e de exportação atividades que pouco necessitam do uso de mão de obra. Com isso houve uma redução do número de empregos sólidos no campo e contribuiu significativamente para a migração rural urbana (MARTINE, 1987, apud LIMA, 1995,p. 60).

Tendo em vista o que foi discutido nesse capítulo, entendemos que ocorreu o processo de Descampesinização feito pelo governo militar como medida para deslegitimar a luta por reforma agrária, sobretudo por direitos pelos Camponeses no Brasil, que vinham ocupando os espaços rurais, discutindo a reforma e um novo mundo rural através das ligas Camponesas nesse questionamento da estrutura agrária.

Como o golpe militar teve intenso apoio dos latifundiários e do governo norte americano, ou seja, capitalista, se fazia necessário a modernização com a criação de empresas rurais, abrindo as portas para o capitalismo no campo, com isso, o estado agiu dando suporte técnico através da extensão e pesquisa com a criação da Embrapa e do crédito oferecido para os empresários rurais pelo BNDS e Banco do Brasil.

Contudo esse processo não resolveu a questão agrária no Brasil, até porque não era de interesse do estado essa resolução, pelo contrário, concentrou a propriedade nas mãos das mesmas elites que detinham o poder da terra. Portanto, o capital para ser investido retirou a discussão sobre Campesinato brasileiro, o que pode se chamar de Descampesinização, processo esse que ocorreu pela violência física e ideológica para os que teimavam em continuar conservando a produção camponesa, assim sendo, houve uma intensa migração do campo para cidade.

Dessa forma, a modernização foi a ruptura e exclusão do Camponês e seu modelo de produção que vai desde ao núcleo familiar, segurança alimentar e conservação da biodiversidade do universo rural brasileiro, como também uma profunda invisibilização do Campesinato, através do fenômeno da Descampesinização.

4 RECAMPEINIZAÇÃO: O RESSURGIMENTO DO CAMPESINATO E A EMERGÊNCIA DA AGROECOLOGIA

Como foi visto no capítulo anterior, a modernização da agricultura foi conservadora, excludente e extremamente nociva ao meio ambiente. Foi conservadora porque manteve a concentração fundiária e todas as suas problemáticas, portanto não entendeu que o maior desafio da política agrícola brasileira era justamente o latifúndio. A política preconizava que a modernização, através das empresas rurais, seria a forma linear em que todos os agricultores iriam alcançar um padrão de vida superior.

Entretanto o que ocorreu foi uma exclusão dos Camponeses desse modelo de modernização, aumentando o êxodo e a pobreza no campo e, para, além disso, o Camponês foi neutralizado como agente político. A partir daquele momento passou a existir os pequenos produtores, médios produtores e grandes produtores, fazendo acreditar que a escalada para se chegar a um grande produtor dependia da capacidade e, sobretudo, da aceitação do pacote tecnológico.

“A modernização agrícola representou a consolidação e legitimação, pela via autoritária, da forma desigual com que os recursos, especialmente a terra, foram apropriados e alocadas na história do Brasil” (SCHNEIDER, 2010). Essa forma desigual referendada por Schneider, foi uma estratégia do regime militar para privilegiar as elites rurais e com isso abafar na esfera nacional a discussão sobre reforma agrária, colocada em discussão na época pelas Ligas Camponesas, como também para excluir os Camponeses das políticas oferecidas pelo estado, com isso, marginalizar e extinguir o Campesinato como ator político. Por isso a Revolução Verde e a modernização foram extremamente nocivas aos Camponeses e ao meio ambiente brasileiro.

A modernização agrícola também foi nociva ao meio ambiente porque causou inúmeros impactos ambientais, dentre eles a degradação do solo causada pela ausência de práticas conservacionistas, associado às chuvas e ventos, levando ao processo de desertificação. O uso inadequado do solo feito pela pecuária com o superpastejo superando, a capacidade de suporte do solo, vem desgastando os solos de forma estarrecedora, tornando-os quase totalmente inférteis. O outro elemento é a perda da biodiversidade, pois os agroecossistemas foram reduzidos a monocultivos. Houve também contaminação dos lençóis freáticos por causa do uso de agrotóxicos, destruição de mananciais e o avanço da agricultura sobre as matas nativas tem causado destruição das nascentes, por soterramento, impermeabilização, entre outros fatores, e a alta emissão de gás carbônico pela pecuária

intensiva. Além disso, foram criados inúmeros perímetros irrigados o que ocasionou o esgotamento das águas doces e deixando os solos salinizados.

Nesse contexto, os complexos agroindustriais colocavam aos outros atores sociais do campo brasileiro, e não pertencentes às forças conservadoras, ou seja, os latifundiários: Ligas Camponesas, agricultura familiar a sua composição ao processo de modernização da agricultura, buscando criar novas estratégias de reprodução social compreendendo os agricultores à nova ação econômica ou a sua exclusão e marginalização deste processo (RUBELO, 2004).

Porém no final dos anos de 1970 e começo da década de 1980, começou um intenso debate em torno dos efeitos negativos da modernização agrícola no Brasil. Foram muitos questionamentos de ordem social e ambiental, que vieram combinados com o debate sobre a abertura política no Brasil. Vários presos políticos foram anistiados, partidos foram criados e, nesse ínterim o Camponês, eclode novamente como um ator político de extrema importância, chamando a atenção para os problemas do campo provocados pelo regime militar, sobretudo, centrado na política de modernização da agricultura. Nesse contexto a igreja progressista através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), teve um papel essencial no final dos anos 1970 e no começo da década de 1980, como também as ONGs e o Movimento Sem Terra (MST), em meados dos anos de 1980.

Um conjunto de fenômenos que sugere de forma quase invisível para o conjunto da sociedade pode ser resumido pela noção de Recampesinização do mundo rural. De fato, quando eles são considerados associados, esses processos encontram sua correlação nas motivações dos Camponeses de permanecer existindo e, dentro do possível, de progredirem num mundo que lhe é cada vez mais adverso. Se contrapondo ao antigo prognóstico do inexorável desaparecimento dos Camponeses, diante do avanço da agricultura industrial e do capitalismo no campo, são justamente eles e suas organizações que se expressam atualmente, em pleno período neoliberal, como uma das mais importantes forças de resistência à ordem predominante da globalização (PETERSEN, 2009).

Em vista disso, consideramos a Recampesinização no Brasil após a reabertura política, onde o Campesinato reemergem com mais força propondo uma agricultura alternativa ao modelo imposto pelo estado, através do pacote tecnológico da modernização.

Após a reabertura democrática do País, outras expressões de resistência ganham força e se inserem na cena política para contestar o modelo da “Revolução Verde” imposto à força ao País. A crítica ecológica e social desenvolvida pelas ONGs renova o debate político, bem como impulsiona estratégias centradas na participação

de comunidades camponesas para a busca de agroecossistemas sustentáveis (FIGUEIREDO, 2011, p. 17).

Essa busca por agroecossistemas sustentáveis se caracteriza através das ONGs, num processo que ainda é pensado a partir da transferência de tecnologias, porém, são tecnologias alternativas totalmente mais acessíveis aos Camponeses; tecnologias essas que tinham em sua concepção o menor dano possível aos agroecossistemas. Eram propostas de policultivos com a finalidade de restabelecer e proteger a biodiversidade, aproveitamento de matéria orgânica e o não uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos, por conseguinte, um maior aproveitamento dos insumos existentes na propriedade e uma independência em relação as multinacionais da agricultura dita moderna.

A concepção de tecnologias alternativas se inicia no começo dos anos de 1980, por intermédio do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), conectado a FASE, uma das organizações não governamentais mais antigas do País (DINIZ; PIRAUX, 2011). As organizações do PTA procuraram valorizar a agrobiodiversidade, através de metodologias que atendiam as demandas dos Camponeses, sobretudo o desenho de agroecossistemas sustentáveis, conforme afirma Silva (2011, p. 57)

As organizações da Rede PTA procuraram dar respostas a esses desafios, seja no campo de inovações técnicas ou metodológicas na forma de trabalhar, mas especialmente no sentido de valorizar a agrobiodiversidade existente nas localidades trabalhadas, dando grande ênfase ao resgate das sementes, variedades e raças caboclas; e também na preservação da água, tanto para a produção, como para o consumo.

Por isso, as Organizações Não-Governamentais foram fundamentais para impulsionar o debate a respeito de um novo modelo de agricultura – a agricultura alternativa como ficou conhecida naquele momento histórico de redemocratização do País, em sintonia com o surgimento dos movimentos de massa como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que tinha na sua compreensão o questionamento do sistema agrário vigente no Brasil. Movimento esse que muito se espelha nas Ligas Camponesas como exposto por Stédile (2012, p. 185), coordenador nacional do MST: “O MST considera-se um descendente, um seguidor das Ligas Camponesas”.

Nesse contexto histórico, a agricultura alternativa foi um alicerce para o que seria tempos depois conceituada como Agroecologia. A qualificação de “tecnologias alternativas” foi utilizada, nesse tempo, para constituir as várias experiências de questionamentos à

agricultura moderna, passando a ser substituída, numa fase subsequente, pela Agroecologia, por maior parte destas ONGs (PAULUS, 1999).

Logo, a agricultura alternativa foi um caminho para os Camponeses mostrarem a sua presença, sobretudo a sua resistência ao modelo da modernização que tinha em sua fisiologia o fim do Campesinato, a luta por terra e por direitos desses sujeitos. Dessa forma, através da agricultura alternativa eles se mostraram vivos e firmes, conservando as suas características socio-culturais e seu modo de produção, modo esse baseado numa relação de amor e respeito com o meio ambiente.

Importante ressaltar que, em 1989, o PTA publica o livro *Agroecologia: as bases científicas da Agricultura Alternativa*, de Miguel Altieri, que serviu como referência para o que é hoje chamado de Agroecologia. Por conseguinte, ocorreu um processo de evolução até conceitual de agricultura alternativa para Agroecologia, nesse livro Miguel Altieri conceitua a Agroecologia da seguinte forma:

Agroecologia é uma ciência, ou disciplina científica, que engloba uma série de princípios, conceitos, e metodologias para estudar, analisar, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade (ALTIERI, 1989, apud, SILVA, p. 52).

Mediante tudo isso, surgiu vários conceitos do que seria Agroecologia depois de uma primeira conceituação feita pelo Altieri. Houve uma evolução no seu conceito, porque deixou de ser ciência ou tecnologia alternativa para algo mais complexo abrangendo os fatores sociais, relação entre os Camponeses com a terra e as suas maneiras coletivas de produzir e resistir. Assim sendo, iremos descrever ao longo desse capítulo alguns conceitos entendidos como os mais importante, salientando-se que não são os único.

A Agroecologia aparece assim como desenvolvimento sustentável, ou seja, a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (GUZMÁN CASADO et al., 2000, apud, GUSMAN 2005 p. 104).

Nesse contexto, Gusman (2005), introduz no conceito de Agroecologia ações coletivas que se contradizem ao modelo predatório exercido pela modernização agrícola, sobretudo pela força do latifúndio. Assim, ele abre espaço para o entendimento de Agroecologia para algo mais social, inserindo a discussão sobre sujeitos que fazem e que são a Agroecologia.

Desse modo, a Agroecologia deixa de ser simplesmente uma concepção científica de agroecossistema sustentáveis.

Altieri em seu livro *Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*, de 2009, vai indicar a seguinte percepção sobre o que seja Agroecologia:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2009, p. 23).

Por conseguinte, Altieri (2009), inclui nuances extremamente importantes que insere avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Dessa forma, pode-se ver a complexidade do que é Agroecologia, sendo muito mais do que uma agricultura alternativa, usando tecnologias diferentes, em detrimento do modelo exercido e imposto pela modernização agrícola. Na Agroecologia existe a figura das pessoas que estão na ponta, os seja, os Camponeses na produção de alimentos sustentáveis e na sua relação com a terra e com os demais Camponeses, como também no comportamento das pessoas que compram os alimentos saudáveis.

Agroecologia aparece como contraposição ao modelo da monocultura agroexportadora. Ela é uma forma dos Camponeses produzirem estabelecendo uma convivência harmoniosa com a natureza, como técnica milenar de preservação das sementes, mudas, variedades e raças de animais como patrimônio dos Camponeses e técnica de manejo de solos. A Agroecologia permite aos Camponeses uma agricultura saudável (SOUZA, 2011, p. 194).

Souza (2011), ainda descreve a Agroecologia como alternativa aos monocultivos instalados após a modernização agrícola e as suas implicações no campo brasileiro, onde resultou em opressão e exclusão dos Camponeses. O autor também relaciona como uma forma de sobrevivência dos Camponeses destacando a sinergia existente entre eles e a natureza, além disso, como verdadeiros guardiões da biodiversidade.

Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos mais humanizados de desenvolvimento rural (AZEVEDO; CAPORAL, 2011, p. 94)

Como referenciado por eles, a Agroecologia é um enfoque científico, porém também composta por conhecimentos populares dos camponeses que são passados de geração em geração, no que se refere ao manejo de ecossistemas sustentáveis. Mas quando se referem a processos mais humanizados de desenvolvimento rural, estão se referindo a uma relação de mais respeito com agricultores por parte de quem planeja o desenvolvimento no campo. Nisso eles levam em consideração todas as opressões vividas pelos homens e mulheres do campo ao longo da história, alertando para que isso nunca mais aconteça.

Mediante as várias conceituações de Agroecologia entendemos que se trata de sistemas complexos, tendo em vista os seus sistemas ecológicos e sócios culturais. Dessa forma, ela é um enfoque científico para planejar, desenhar, avaliar e gerir agroecossistemas sustentáveis, como também a valorização e reconhecimentos dos saberes populares, valorização das relações solidárias entre Camponeses e de Camponeses com a “mãe terra”, bem como o empoderamento e protagonismo feminino, apropriação e valorização da cultura e dos ritos existente nas comunidades.

Pois então, se a agricultura alternativa surge em contraposição à Revolução Verde e consequentemente a modernização agrícola ocorrida no Brasil durante o regime militar, mais por que surgem essas críticas? Serão nessas problemáticas que iremos nos deter a partir de agora, como a Agroecologia entra em objeção a tudo isso.

De acordo com Altieri (2012, p. 23) “a agricultura é uma atividade humana que implica a simplificação da natureza, sendo as monoculturas a expressão máxima desse processo”. Nesse sentido a simplificação dos agroecossistemas promovidos pela Revolução Verde é a perda da biodiversidade que está relacionada a várias consequências ambientais.

Expansão das áreas agrícolas com perda de habitats naturais, conversão de vastas áreas em paisagens agrícolas homogêneas com reduzido valor de habitat para a vida silvestre, perda de espécies silvestres benéficas e de agrobiodiversidade como consequência direta dos usos de agroquímicos e outras práticas e erosão de recursos genéticos valiosos por meio do uso crescente de cultivares uniformes de alto rendimento (ALTIERI, 2012, p. 24).

Essas são as problemáticas ambientais provocadas pela Revolução Verde, que vão, além disso, pois ainda existem os problemas relacionados ao uso de agrotóxico que talvez seja o mais grave ou o responsável pelos mais graves impactos ambientais. Nesse caso, estamos nos referindo a perda da fauna apícola, e da microfauna; extinção de insetos que se comportam como inimigos naturais das pragas; contaminação de lençóis freáticos e envenenamento de pessoas, trabalhadores rurais e consumidores finais.

Em contraponto a todas essas atrocidades da agricultura convencional contra o meio ambiente e a cultura camponesa, está justamente a Agroecologia mostrando que é possível produzir de outra maneira, preservando os recursos naturais e as relações sócio culturais do campo. Ela parte da concepção que no campo existem vidas, são ecossistemas formados, os quais precisam estar em uma perfeita simbiose com o uso agrícola. Como também visualizar os mais diversos sujeitos que a compõem, os modos de resistência e, sobretudo saber quem são. Desse modo enfatizamos que lá estão presentes mulheres, jovens, pretos, brancos, indígenas, ribeirinhos, ou seja, uma diversidade de potencialidades presentes nas comunidades.

Em oposição a uma agricultura globalizada, sob o controle das grandes corporações transnacionais, reforça-se o fortalecimento de uma agricultura de base familiar, alicerçada no uso múltiplo dos recursos naturais e no potencial endógeno das comunidades rurais (SCHMITT, 2009, p. 195).

Mediante a isso citamos Altieri (2012), que reporta aos objetivos do modelo agroecológico, sobre a conservação da biodiversidade e a permanência da predisposição produtiva e autoregulatória do agroecossistema.

O modelo agroecológico integra todos os componentes, buscando aumentar a eficiência biológica geral, a preservação da biodiversidade e a manutenção da capacidade produtiva e autoregulatória do agroecossistema. O objetivo é construir um agroecossistema que reproduza a estrutura e a função dos ecossistemas naturais locais. Ou seja, a ideia é criar um sistema altamente diversificado e um solo biologicamente ativo; um sistema que promova o controle natural de pragas, a reciclagem de nutrientes e uma ampla cobertura do solo de modo a prevenir as perdas dos recursos edáficos (ALTIERI, 2012, p. 114).

Portanto os agroecossistemas agroecológicos, tem como premissa básica a biodiversidade interferindo o mínimo possível nos ecossistemas ali existente. Assim sendo,

existe um controle sobre as doenças e pragas, além de uma fertilização natural das culturas, ou seja, não existe no modelo agroecológico a necessidade do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos.

Por isso, a Agroecologia é uma ferramenta necessária para a agricultura sustentável, a qual possa produzir alimentos, distribuir de forma que chegue a mesa de todos os habitantes do planeta terra, e que cause o menor dano possível ao meio ambiente. Uma agricultura que não tenha como mote principal a exclusão dos Camponeses durante o seu processo de produção, mais que inclua e reconheça a sua importância histórica e cultural.

É notória a relação intrínseca entre Agroecologia e agricultura familiar camponesa; ambos são faces da mesma moeda e que não se pode isolar ou deixar de reconhecer. Caso se faça isso, irá se cometer os mesmos erros do passado. A Agroecologia precisa estar perfeitamente alinhada com o Campesinato, porque os agricultores tradicionais sempre a praticaram e praticam nos dias de hoje, mesmo sem saber em alguns casos do que se trata a Agroecologia.

Embora os agroecossistemas tradicionais variem com as circunstâncias geográficas e históricas, muitas características estruturais e funcionais são compartilhados pelos diferentes sistemas, pois eles: contém um grande número de espécies; explora toda a uma gama de microambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade, seja em um único campo de cultivo, seja em uma região; mantém os ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem (ALTIERI, 2009, p. 31).

Mediante a isso os Camponeses são verdadeiros guardiões da biodiversidade planetária, conhecedores das técnicas de produção agroecológica. Afirmando sua relação de ligação com a terra, os Camponeses visualizam a terra, como essencial para sua existência, por isso eles procuram provocar o menor dano possível aos ecossistemas.

Van der Ploeg (2009), faz uma relação direta da Agroecologia com a agricultura camponesa, usando como premissa para isso, a resistência camponesa; resistindo como agente político através da Recampesinização, como também nas suas técnicas de produção. Vale salientar que esse elo foi baseado em estudos na Europa, todavia o mesmo pode ser aplicado no Brasil, porque os fenômenos são parecidos, lógico guardando a sua devida proporção.

A resistência faz parte do crescimento da Agroecologia, a principal força motriz dos mais variáveis mecanismos de desenvolvimento rural autóctone que acontece na Europa, como também no Brasil. A resistência está presente em uma vasta gama de práticas

heterogêneas e crescentemente interligadas, por meio das quais o Camponato se constitui como substancialmente diferente. Essas práticas só podem ser compreendidas como uma exibição, se não como uma materialização, da resistência. A resistência encontra-se nos campos, na forma como o melhor adubo é preparado, as raças de animais nobres são cruzadas, as propriedades bonitas são construídas. Essas práticas, na atual conjuntura, cada vez mais estão se reafirmado como importante papel de veículo pelo qual a resistência se expressa e é organizada (PLOEG, 2009).

4.1 Agroecologia e Movimentos Camponeses

Dentre os vários Movimentos Camponeses, escolhemos os três de maior representatividade para descrever como eles incorporaram a Agroecologia como bandeira de luta. São estes, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essas três organizações têm compreendido a Agroecologia como indispensável para o desenvolvimento rural e para a agricultura familiar camponesa.

A Contag a partir do seu sexto congresso, em 1994, elaborou um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Esse projeto tem como foco a luta por políticas públicas que atenda e valorize a agricultura familiar, ou seja, é o entendimento de que se faz necessário fortalecer a agricultura camponesa para alcançar a sustentabilidade na agricultura.

No seu décimo congresso, realizado em 2009, a Contag ratificou o discurso da proposta de agricultura de base ecológica, permitindo aos Camponeses a constatação de que as suas iniciativas no tocante a sua produção tradicional necessitam de políticas públicas por parte do estado para potencializar. Vale salientar que os sindicatos e as federações filiadas tem colocado nas suas agendas, a produção orgânica e agroecológica e pressionado o Estado para cada vez mais voltar as suas políticas para a produção camponesa agroecológica (BROCH, 2009).

Já Fetraf, em suma, entende que a agricultura familiar camponesa precisa de um tratamento especial por parte do estado, porque é fundamental para o desenvolvimento do País, vale ressaltar que a agricultura familiar camponesa é responsável direto por boa parte dos alimentos que compõem a dieta dos brasileiros e que está estritamente relacionada a Agroecologia (TORTELLI, 2009).

Já o MST tinha em sua primeira concepção a ideia de que apenas a distribuição de terra para as famílias sem terra era o suficiente. Dessa forma, o seu método de produção agrícola era baseado na Revolução Verde com a absorção do pacote tecnológico. Bem

verdade que isso era através de cooperativismo, mas não tinha nada de sustentável nem tão pouco estava gerando os resultados esperados, pois a pobreza e dependência dos Camponeses frente às empresas multinacionais vendedoras de insumos continuava freqüente.

Então, muitas lideranças do MST vão repensar o modelo vigente nos assentamentos e começar a propor um modelo de agricultura alternativa. Logo, gradativamente, e principalmente a partir de 1990, a Agroecologia começa a ser inserida como uma nova estratégia produtivo-cultural diante das ofensivas do agronegócio. E isso passa a acontecer, sobretudo após a inserção do MST na Via Campesina (SILVA, 2011).

Ao mesmo tempo, o MST tem se dedicado para propor o ensino da Agroecologia para os seus militantes, seja de nível médio ou superior. Tem sempre difundido e multiplicado o intercâmbio entre os assentamentos que produzem de forma agroecológica. Recentemente tem começado a construir uma rede de Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (Ialas) para ter escolas e intercâmbio em nível regional que formem mais agrônomos, em diferentes países. O MST entende que a Agroecologia ao contrário do agronegócio, tem um enorme futuro pela frente (STÉDILLE, 2009).

Vemos que o MST percebeu que a única maneira de realizar a reforma agrária popular é através da Agroecologia, pois só ela fornece as bases e os elementos necessários, fornecendo a valorização e a independência dos Camponeses, com tecnologias acessíveis e potencializando os insumos existentes na propriedade, com isso reduzindo os impactos ambientais e livrando os agricultores assentados da dependência das multinacionais.

Destacam-se as jornadas de luta do MST contra as empresas do agronegócio, denunciando os monocultivos, sobretudo os transgênicos e fazendo fortes embates denunciando a contaminação dos solos e dos lençóis freáticos por causa do uso de agrotóxicos, como também a preservação da identidade camponesa.

A oposição ao agronegócio pelo MST, trás consigo a postura de repulsa à sociedade capitalista, defendendo a saúde das populações mundiais e a preservação do meio ambiente; a preservação da identidade camponesa com o seu local de origem, combatendo a contaminação dos solos e das águas, e à destruição das matas com o avanço dos monocultivos; criticando o uso intenso de agrotóxicos provocados pelo uso tecnológico (SILVA, 2011).

Tendo em vista tudo que foi exposto, os movimentos sociais do campo estão totalmente atenuados para a importância da Agroecologia no âmbito do Campesinato, para, além disso, todos estão aplicando internamente como bandeira de luta para a resistência camponesa, incorporando e difundido como a única e restrita maneira possível de produzir alimentos pelos Camponeses, e que estes estão conscientes de que cumprem um papel

fundamental de apropriação da Agroecologia, até porque a Agroecologia faz parte da resistência camponesa e vice e versa.

4.2 Conquistas dos Camponeses nas últimas décadas

Destaca-se também no Brasil ao longo desses anos, desde as primeiras contestações da agricultura moderna no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o que combinou com redemocratização do País até os dias de hoje, como os Camponeses organizados em movimentos sociais, federações e através de ONGs conseguiram várias vitórias, desde a agricultura alternativa ao que chamamos de Agroecologia.

E um importante sinalizador disso tudo é a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como fundamental para a articulação da sociedade civil em torno de experiências, da construção científica e de fortalecimento da produção familiar e da Agroecologia.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da Agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional (ANA, 2015).

Toda essa conjuntura de processos construídos no Brasil pelos Camponeses foi fundamental para que se fossem conquistados direitos e políticas, reconhecendo a importância da agricultura camponesa e da Agroecologia como essenciais para o campo brasileiro. Destacam-se a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), a implantação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Lei da Agricultura Familiar, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural o (Pnater) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Para Delgado (2010, p. 57) “a criação do Pronaf representou no ano de 1996 uma conquista decisiva para o reconhecimento da importância nacional dos agricultores familiares”. Esse autor também ressalta o conflito de interesses existentes naquele momento entre o Campesinato e agronegócio. Por isso a importância de ter um programa para atender exclusivamente a agricultura familiar, foi com certeza uma conquista muito simbólica. A implantação do MDA, em 1999, foi outra importante vitória das massas camponesas, pois

pela primeira vez essa classe social tinha um ministério para atender prioritariamente a agricultura camponesa.

A Extensão Rural Agroecológica, por sua vez, significa o reconhecimento do estado, que a agricultura camponesa necessita de uma assistência técnica diferenciada, que atenda as suas necessidades, mas que, sobretudo, trate-os como donos da sabedoria popular:

O Programa Nacional De Assistência Técnica (pnate) desde 2003 tem a temática da Agroecologia incorporada, foi realizado um esforço de capacitação e intercâmbio de informações, qualificando um conjunto significativo de técnicos/as para atuarem com o enfoque agroecológico (BRASIL, 2013a, p. 35).

Outra importante conquista é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, elaborado em 2013. Esse plano contempla a agricultura familiar camponesa e direciona investimentos e metas para serem alcançadas pela Agroecologia unificando os ministérios da educação, saúde, pesca, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, ciência e tecnologia e fazenda, além de uma significativa participação da sociedade civil na construção do Plano. Nesse sentido, o Planapo estabelece várias diretrizes, entre elas estão:

Ampliação do número de agricultores/as e produtores/as envolvidos/as com a produção orgânica e de base agroecológica; fomento à conservação, ao manejo e ao uso sustentável dos recursos naturais; ampliação da utilização de crédito e outras formas de financiamento e fomento para o custeio e implantação de infraestruturas produtivas e comerciais. Reconhecimento e fortalecimento do protagonismo dos/as jovens e das mulheres rurais na Agroecologia e produção orgânica (BRASIL, 2013b, p. 16).

A criação da Lei da Agricultura Familiar (Lei N°11. 326, 24 de julho de 2006) foi outra importante conquista para o Campesinato, embora ela não trate especificamente o Camponês como um ator político, ou seja, é uma lei puramente operacional, não se pode negar que ela foi de grande valia, pois significou pela primeira vez na história brasileira o estado reconhecendo a agricultura familiar como lei, conforme definida em seu artigo terceiro:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscal; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo, dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

A lei no seu artigo 3º do parágrafo 2º faz uma referência significativa em relação a diversidade dos sujeitos que compõem a agricultura familiar, são eles: pescadores, extrativistas, indígenas, remanescentes de comunidades quilombolas e tradicionais, aquicultores e silvicultores, isto enfatiza que a agricultura familiar camponesa é heterogênia, formada por diversos atores sociais.

Dessa forma, a agricultura camponesa sempre resistiu ao longo dos anos e a todas as formas de pressões e opressões. A representação maior dessa resistência se dá a partir de um processo conhecido com Recampesinação, que resistiu e lutou por direitos e pelo reconhecimento do estado, por uma agricultura inclusiva e por uma agricultura baseada na conservação e no desenho de agroecossistemas sustentáveis, todas que foram conquistadas são resultados de muita luta.

A agricultura familiar camponesa tem uma relação íntima com a Agroecologia, pois é impossível uma funcionar sem a outra. O Camponês sabe através do seu conhecimento popular, que é necessário um convívio afetivo com o solo, a água, as florestas e, portanto é essencial a preservação da biodiversidade, até para se conseguir lograr êxito na produção e ter um agroecossistema sustentável.

A Agroecologia se mostra a cada dia, que é uma necessidade para a agricultura, porque é um modo de vida, uma filosofia, uma tecnologia essencial para a produção de alimentos e erradicação da fome no mundo, valorizando os saberes tradicionais e tratando o Camponês como um ator social e protagonista no campo, quebrando paradigmas mostrando que o mundo rural é heterogêneo e complexo, sendo assim Agroecologia tem como premissa básica uma agricultura inclusiva e em harmonia com a natureza e tem influenciado diretamente com a Recampesinização, pois está atraindo e expondo que através dela é possível viver no campo de forma digna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo isso, o Campesinato merece uma abordagem especial para entendermos como ele conseguiu reagir e permanecer vivo ao longo da história mesmo com todas as opressões e negações ocorridas. Destacou-se que nesse trabalho o surgimento no Brasil da organização política por meio das Ligas Camponesas, que por sua vez tiveram grande influência nos ramos da política Nacional sobre o lema de “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”, onde conseguiram pela primeira vez na história pautar as problemáticas agrárias e exigir uma reforma agrária por parte do estado.

Assim consideramos que nessa época houve a Campesinização no Brasil, fruto dessa organização de massa articulada pelas Ligas onde tinham em Francisco Julião no Pernambuco, e João Pedro Texeira na Paraíba, as principais lideranças. Vale salientar, que a princípio os objetivos dos associados na Liga, era a luta por direitos básicos como o fim do foro obrigatório e caixãozinhos de madeira para enterrar os filhos que morriam de fome ao monte.

Porém, todo esse questionamento ao modelo agrário vigente foi um fator preponderante para o golpe militar de 1964, que culminou em prisões, assassinatos e perseguições dos membros da Liga. Desse modo, após instalado o regime militar iniciou-se a modernização agrícola, que por sua vez foi conservadora, excludente e totalmente danosa aos sistemas ecológicos. Conservadora porque manteve a estrutura agraria, excludente, pois não incluiu os Camponeses e danosa aos sistemas ecológicos porque causou inúmeros impactos ambientais.

Foi o que denominamos de Descampesinização. Ela ocorreu negando e extinguindo o Camponês como ator político social, pois só existia para o estado o grande, médio e pequeno produtor, ou seja, uma violência ideológica. Para aqueles que resistiam à modernização, era negado as políticas públicas e, para, além disso, era colado o estereótipo de atrasado.

Sobre o ponto de vista ambiental, a modernização causou inúmeros impactos ambientais, pois o pacote tecnológico aplicado nas propriedades consistia em maquinário pesado, monocultivo, fertilizantes químicos sintéticos e agrotóxicos. Logo houve uma redução da biodiversidade, contaminação de lençóis freáticos e mananciais por conta dos venenos utilizados, e um intenso processo de desertificação e solos exauridos.

Contudo, o Campesinato suportou todas essas violências e reagiu a partir da década de 1980 através da Recampesinização. Esse processo foi feito com o apoio de ONGs, técnicos

extensionistas, pesquisadores universitários, que propuseram na época um novo modelo de agricultura, ou melhor, dizendo, uma agricultura alternativa, o que mais tarde veio a ser a Agroecologia.

Dessa forma, o Camponês está totalmente ligado a Agroecologia; são faces da mesma moeda que tem como preposição uma agricultura inclusiva, feita por pessoas que entendem o lidar com a terra, que resistem a todas as interferências e opressões do estado, e que lutam por um campo mais justo e igualitário, sem venenos e com muita diversidade. E o resultado de toda essa luta ao longo da história, são direitos e garantias constitucionais nos últimos tempos, com uma lei que estabelece o que é a agricultura familiar camponesa.

Por conseguinte afirmamos que o Camponês é sinônimo de luta e resistência. Ele está sempre na busca por direitos e pela soberania, seja ela da terra ou alimentar, e que resiste a todas as mais diversas violações, explorações e opressões. Sobrevive com os seus costumes e ritos culturais, com o seu modo de agricultura, onde pactua uma relação de harmonia e sinergismo com a natureza.

Concluimos afirmando que o Camponês ao contrário dos prognósticos que iria desaparecer enquanto classe social resistiu, e através da Recamponesinização tem se consolidado ainda mais como um ator político social de suma importância em grande parte do mundo, reivindicando direitos e sempre lutando por uma sociedade igualitária, pelo fortalecimento do protagonismo feminino e da juventude, conservação ambiental, pela valorização dos saberes tradicionais e pela produção de alimentos saudáveis.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E; EHLERS, R. Em Direção A Uma Agricultura Mais Sustentável. In: RIBEIRO, Wagner (org.) **Patrimônio ambiental brasileiro**, São Paulo: Edusp/Imesp, 2003. p. 305-333.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. **Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 15, n. Especial, p. 51-85, 1997.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. Ed. Ver. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012. 400p.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia, 2015. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 14/05/2016.
- ANDRADES, T. O; GANIMI, R. N. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **Ces Revista**, Juíz de Fora, v. 21 p. 43 – 56, 2007.
- AUED, B. W. Nos Caminhos da Cisão. 1986. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964** – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular. 2012.
- AZEVEDO, E. O. CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agricultura mais sustentáveis. In: _____. (orgs) **Princípios e perspectivas da agroecologia**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. v. 200, p.180.
- BALSAN, B. Os Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, agosto. 2006.
- BASTOS, E.R. **As Ligas Camponesas**. Petrópoles, ed. Vozes, p. 144, 1984.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BRASIL. **Lei n 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 21/05/2016.
- BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. -- Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.
- BROCH, A; TORTELLI, A; STÉDILE, J.P. A Agroecologia e os movimentos sociais do campo. 2009. In: PETERSEN, PAULO (org.) **Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 153-162.
- CAMARGO, Aspásia (Colaboradora especial). **História das Ligas camponesas**. Memorial das Ligas Camponesas: Sapé – PB. Disponível em: http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99/ . Acesso em: 11 abr 2016.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre (RS), 2004.

CARVALHO, H. M. COSTA, F. A. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete... [et al.], (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro - São Paulo: Expressão Popular, 2012, v. 1, p. 113-120.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. In: MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina. (Org.). **Dimensões Rurais de Políticas Brasileiras**. 1ed. Rio de Janeiro/Seropédica (RJ): Mauad X/Edur (UFRRJ), 2010, v. 1, p. 17-53.

DEMICHEI, A. L. **Trajatória Do Desenvolvimento No Município De Não- Me-Toque/Rs: Da Agricultura Convencional À Industrialização Metalmeccânica E Agricultura De Precisão**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2015. 111 f. Dissertação (Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. 2015.

DINIZ, P. C.O.; PIRAUX, M. A Agroecologia e convivência com o Semiárido: breves notas de uma longa trajetória de diálogo e interfaces. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org). **Agroecologia e movimentos sociais**. – Recife: Bagaço, 2011. P. 147-168.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. **Revista NERA** (UNESP), NERA/UNESP, v. 1, n.1, p. 2-44, 1998.

FIGUEIREDO, M. A. B. Reflexões a respeito do movimento agroecológico em Pernambuco. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org). **Agroecologia e movimentos sociais**. – Recife: Bagaço, 2011. P. 16-38.

GUSMAN, E. S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: Aquino, Adriana Maria de. Assis, Renato Linhares de (Org). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, v. , p. 101- 131.

HENN, I. A. Processos Sociais e Educativos: a experiência dos agricultores e agricultoras agroecológicos(as). **Contexto e Educação** Processos Sociais e Educativos. Ano 25, nº 83, p. 109-132, 2010.

JULIÃO, F. Que São As Ligas Camponesas?. 1962. In. WELCH, Clifford Andrew... [et al.]. (org.), **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 v.1/. p. 271-297.

LIMA, R. C. Um Exame Dos Determinantes Das Migrações. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.12, n.1/3, p.55-67, 1995.

LOBATO, J.B.M. **Ideias de Jeca Tatu**. São Paulo: Brasiliense, 1978. ed. 13.

MATOS, P. F; PESSÔA, V. L. S. A Modernização Da Agricultura No Brasil E Os Novos Usos Do Território. **Geo UERJ** – v. 2, n 22, p. 290-322, 2011.

MENDONÇA, S.R. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento de 1964-1990**. MENDONÇA, Sônia Regina; STÉDILE, João Pedro (org) 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

MORAIS, C. S. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954 – 1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2012. p. 21-70.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v 15, p. 39-52. Outubro de 2000.

PAULUS, G. **Do Padrão Moderno À Agricultura Alternativa: possibilidade de transição**. Florianópolis: UFSC, 1999. 185 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós- Graduação em Agroecossistemas, Centro De Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

PETERSEN, P. In: PETERSEN, PAULO (org.) **Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. P. 05-16.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. V. Sete Teses Sobre A Agricultura Camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.) **Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

ROCHA, A. A. **Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. 234 p.

RUBELO, J. G. N. O Processo De Modernização Da Agricultura Brasileira Pluriatividade Da Agricultura Familiar. **Ecoo. Pesquí**, Araçatuba. v.6, n.6. p. 108 -122. mar. 2004.

SCHIMITT, C. J. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: Sérgio Sauer; Moises V. Balestro. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v1, p. 177-204.

SHENEIDER, S. Reflexões Sobre Diversidade E Diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v. 4, p. 88-131, 2010.

SILVA, A. D. Da tecnologia alternativa á agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede. In: Lima, Jorge Roberto Tavares.(Org.). **Agroecologia e movimentos sociais**. 1ed. Recife: Edições Bagaço, 2011, v. , p. 39-68.

SILVA, J. F. G. O novo rural brasileiro. **Nova Economia UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 43-82, 1997.

SILVA, P. G. **A incorporação da agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática**. Niterói: UFF, 2011. 177 f. Dissertação(Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

SOUZA, R. L. Movimentos Sociais, Agroecologia e Formação de Professores. In: Lima, Jorge Roberto Tavares de. (Org.). **Agroecologia e movimentos sociais**. 1ed. Recife: Edições Bagaço, 2011, v. , p. 183- 207.

STÉDILLE, J.P. **A Questão Agrária No Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2012, p. 223.

TEIXEIRA, J. C. Modernização Da Agricultura No Brasil: Impactos Econômicos, Sociais E Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros –Três Lagoas**, v. 2, p. 21-43, setembro de 2005.

VERONEZZI, F. **Os Trabalhadores Rurais E A Luta Pela Terra Na Região De Jaboticabal (SP): A Conquista Do Assentamento Rural De Córrego Rico**. Maringá: UEM, 2013. 141 f. Dissertação (Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

WEID, J. M. V. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, Paulo (org.) **Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 47 – 65. .

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: EDUPF, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (org.) **Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-46.